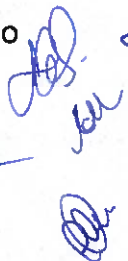
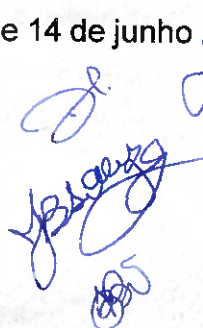


ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ALEGRE.

No dia doze de setembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e dezoito minutos, se reuniram na sede do círculo de operários, os seguintes conselheiros: Luiz Augustos dos Santos, Rubney Gonçalves Sant'ana, Newton Barboza Campos, Adryan Macedo Rangel, Gisele de Freitas Bitencourt, João Batista de Souza, Willian Fadini Faian, Aramis Cortes de Araújo Júnior, Ângela Maria Espinosa, D'Avila Leal Polastreli, a presidente Sr.^a Graziela Ferreira da Silva, A Sr.^a Graziela deu início à reunião, acolhendo os presentes e apresentando a servidora Cleidiane como a nova secretária do conselho. Destacou a presença da equipe multidisciplinar, responsável pela realização do estudo ambiental. Graziela Ferreira da Silva — Engenheira Agrônoma, Luiz Augusto dos Santos — Técnico Agrícola, Cristina Celi Rezende de Oliveira — Procuradora Municipal, João Pedro Inácio Alves — Geólogo, Cleidiane da Cunha Oliveira — Bióloga, Thamara Lins Bravo — Diretora de Proteção e Resposta/Defesa Civil; Marcos Paulo de Oliveira — Engenheiro Ambiental, Kátia Galon — Arquiteta. Não estando presente: João Pedro Inácio Alves — Geólogo e Thamara Lins Bravo — Diretora de Proteção e Resposta/Defesa Civil. Ressalta que a comissão foi instituída pela Portaria n.º 4.828/2024. Cleidiane, responsável em secretariar a reunião, fez a conferência de quórum e, havendo o quórum mínimo, leu a primeira pauta dando início a reunião. **Pauta 01. ADILSON GUIMARÃES VIDIGAL- Processo 9112/2023, protocolo 1579/2024;** A Sr.^a Graziela passa a palavra para o Sr. Adilson e seu responsável técnico Fabrício Heitor, que apresentaram o projeto defendendo a proposta de construção citando legislação e deixando claro que o terreno a margem do córrego conceição faz uma curva onde um trecho da obra terá uma distância de 8 metros que vai se submergindo e chegando a 3,5 metros e meio, afirmou também que a obra será realizada em pilotis. Após 30 minutos de explanação, foi aberto para perguntas. O conselheiro Newton solicitou a palavra perguntando se será construído muro, se a margem do córrego será reflorestada, se o projeto possui um sistema de captação de água da chuva e de fossa séptica, sugerindo a construção de uma fossa evapotranspiradora. O senhor Adilson afirmou que possui projeto de captação da água da chuva e não possui da fossa, afirmou que não será construído muro e sobre reflorestar a margem do córrego, ele pode, sim, se

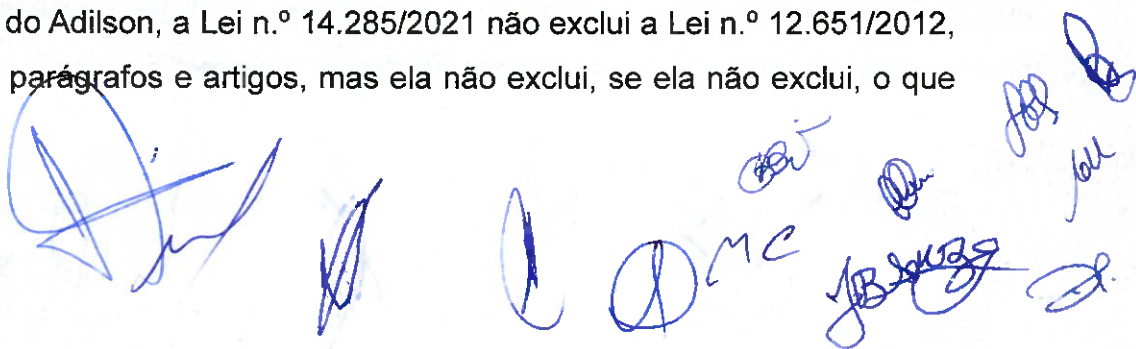
comprometer em reflorestar. A conselheira Jamile perguntou se no terreno havia construção. O Senhor Adilson explicou que havia sim uma construção no terreno que foi demolida com as devidas autorizações. O Senhor Rubney pergunta se a construção anterior estava no mesmo nível de distância da construção atual. O Senhor Adilson afirmou que não. E explicou que a construção anterior possuía uma distância de 50 metros. Finalizando as perguntas, como secretária e mediadora da reunião, Cleidiane pergunta se havia mais alguma dúvida sobre o projeto e se os conselheiros concordavam em votar. A conselheira D' Avila sugeriu que houvesse uma conversa em particular entre os conselheiros sem a presença do senhor Adilson e seu responsável técnico. Todos concordaram, foi solicitado que o Senhor Adilson e seu responsável técnico se retirassem da sala. Assim foi feito. A conselheira D' Avila abordou que o conselho já autorizou obras semelhantes, o conselheiro Willian se manifestou em concordar com o projeto, considerando também as aprovações anteriores. Depois de uma breve explanada de opiniões entre os conselheiros, Cleidiane como mediadora, solicitou que os mesmos votassem se o projeto seria aprovado naquele momento ou se a votação se daria após a apresentação da segunda pauta. Para a aprovação imediata, votaram os seguintes conselheiros: D' Avila, Willian e Adrian. Sendo os demais a maioria contra a votação imediata, o senhor Adilson e seu consultor foram convidados a retornarem à sala e informados de que a sua pauta seria votada após a apresentação da segunda pauta. **Pauta 02.**

Proposta de alteração do PDM (área de preservação permanente); A Sr. ^a. Graziela solicitou a confirmação de que todos os conselheiros haviam recebido o estudo ambiental prévio à reunião, o que foi confirmado por eles. O Senhor. Marcos, um dos responsáveis pelo estudo, ficou encarregado de apresentá-lo. Durante 30 minutos, ele detalhou os principais pontos estratégicos no levantamento. Apresentou o histórico de ocupação em áreas de preservação permanente (APP) urbana no município, utilizando mapas para ilustrar as informações. Ele destacou as áreas de risco geológico e de inundação, com base em dados do Serviço Geológico do Brasil e da Defesa Civil. Foram exibidos mapas que mostravam as áreas de risco em Alegre e as zonas de inundação no distrito de Rive. Além disso, foram apresentadas as recomendações do estudo, sintetizadas em uma proposta de lei. Marcos destacou que a presente proposta foi guiada pela Resolução CONSEMA n.001, de 14 de junho

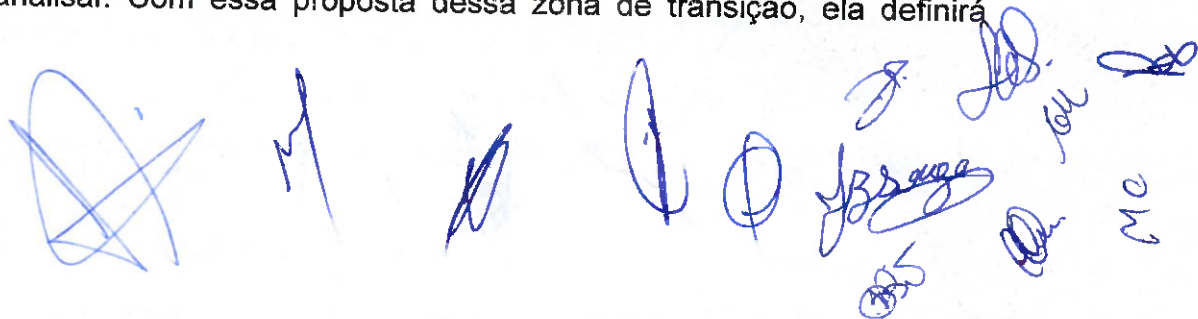


me

de 2023, Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 e a Lei n.º 14.285, de 29 de dezembro de 2021. Que o presente estudo trata apenas de área urbana consolidada (AUC), conforme mapas anexos ao estudo e à minuta de Lei, Kátia acrescenta que o conceito de área consolidada se define com no mínimo 02 (duas) estruturas básicas, podendo ser coleta de esgoto, coleta de lixo, abastecimento de água. Marcos deu continuidade na apresentação e ao ler o Art. 6, a Sra Graziela interrompeu destacando que a forma que está escrito o Art. 6, deixa a entender que irá atender apenas atividades previstas no Código Florestal, no entanto, o município possui as atividades de baixo impacto ambiental e atividades com possíveis controle e solicita a correção do artigo citado. Após a explanação do estudo ambiental e da minuta de lei projetada e lida pelo Marcos, foi aberto para perguntas. O conselheiro Aramis solicitou a fala parabenizou pela apresentação e pelo estudo e questionou que o estudo possui 102 (cento e duas) páginas e chegou ontem para os conselheiros, sendo humanamente impossível ter tido contato com um instrumento desse tão bem elaborado que precisa fazer uma conferência nas leis que estão no documento. Gostaria de registrar que sou acadêmico, não sou político, não sou do setor econômico, não sou empreendedor e o meu objetivo geral é a sociedade. Nesse sentido, gostaria de deixar claro que nos próximos momentos que a gente quanto conselheiros tenhamos tempo hábil para fazer uma leitura crítica reflexiva para o melhor para a sociedade eu não achei interessante um estudo desse de 102 (cento e duas) páginas chegar um dia antes para nós com todas as tarefas. Segundo aspecto, esse entendimento de vocês em relação à área consolidada, eu entendo também que o poder público tem as suas características econômicas envolvidas e atendimento aos conflitos da sociedade, só que, ao mesmo tempo, a gente tem que primar também o que acontecerá. A parte do estudo que consegui ler um pouco só o ano passado e esse ano foram 2 milhões gastos pelo poder público municipal com intervenção ou melhorias de eventos de enchentes e no ano de 2023 foram mais de 400 mil, isso significa que para a gente decidir que é muito importante que estamos julgando e decidindo, precisamos ter um tempo hábil para isso, voltar na resolução do CONSEMA que não conheço ir ao código florestal que discordo com o companheiro RT do Adilson, a Lei n.º 14.285/2021 não exclui a Lei n.º 12.651/2012, ela altera alguns parágrafos e artigos, mas ela não exclui, se ela não exclui, o que

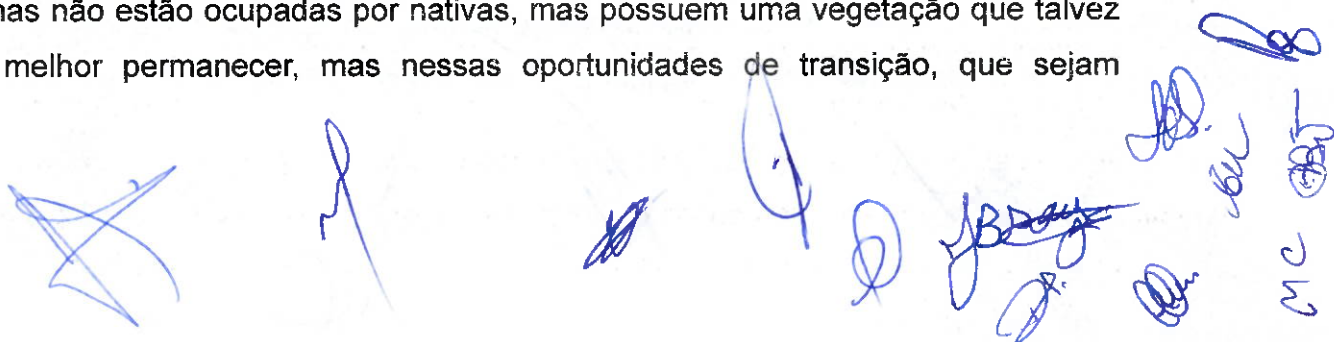
A collection of approximately ten handwritten signatures in blue ink, scattered across the bottom of the page. The signatures vary in style, with some being more legible and others being more stylized or scribbled.

vale nesse momento é o código florestal, que são 30 metros de 10 metros de margens e assim sucessivamente. Se a gente aprovar esse estudo com essa pauta de minuta, eu depois queria perguntar ao senhor Adilson se a sua proposta de construção estará dentro dos 5 metros mínimos em toda a área do seu terreno. Outra pergunta é: por que uma nascente que é tão importante reduzir para 25 metros ou nós não temos nascente na mancha urbana? A Sr.^a Graziela respondeu que temos, sim, nascente na mancha urbana, no entanto, todas já estão ocupadas com edificações. Marcos acrescentou que, se for considerada a situação do município, as características que elas já estão hoje, para ser viável fazer. Graziela, parece que não, mas o que estamos apresentando aqui é para proteger as que ainda restam. Marcos acrescenta, a gente está tentando manter a proteção que ainda persiste considerando as áreas que estão consolidadas, o que basicamente, como a legislação define o que é área consolidada, tem que considerar na hora de propor estas ações, por isto, estas distâncias foram propostas tanto para córregos, para nascentes. Aramis, deixa eu te perguntar: quando você coloca aquela comparação ali, o que é aquela Zona Especial de Transição que está lá no PDM? Graziela responde: são áreas que poderão ter chacreamentos. Kátia complementa, o zoneamento que temos hoje no PDM está limitado à mancha urbana, então essas áreas de expansão estavam previstas, estas áreas no perímetro urbano, mas fora da mancha urbana não tinha zoneamento. E a gente tem uma necessidade já, até de Ministério Público e tudo mais também, inclusive, de voltar para áreas de "chacreamento", áreas maiores, com lotes maiores. Essa Zona Especial de Transição vem para auxiliar a gente nesses novos parcelamentos de solo, novo uso e ocupação, para tentar sanar esse problema e permitir que as pessoas façam lotes maiores, enfim. A gente teve a Audiência do PDM, foi apresentada, tudo foi considerado, por isso a gente colocou essa nomenclatura. A gente não quis criar uma zona de chacreamento, pois você tem outros usos permitidos, chacreamento é uma das possibilidades. Marcos acrescentou que: basicamente os impedimentos que a gente tinha. Por exemplo, se você saiu da mancha urbana, onde tem zoneamento, você andou 1 metro para fora, a obra não consegue ter parâmetro mínimo para analisar, a gente também, por conta do licenciamento, também não tem parâmetro mínimo para analisar. Com essa proposta dessa zona de transição, ela definirá

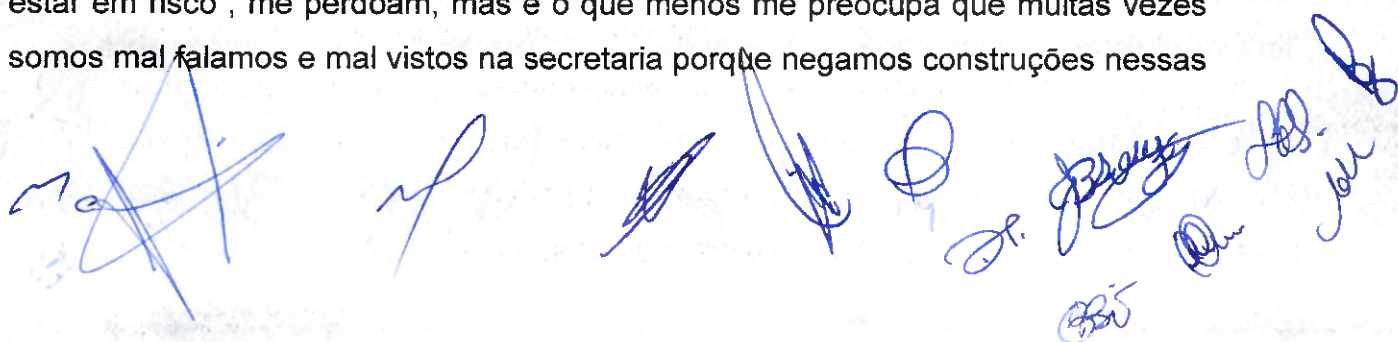
A collection of handwritten signatures and initials in blue ink, located at the bottom of the page. The signatures are stylized and vary in complexity, with some appearing to be full names and others being initials or abbreviations. They are arranged in a horizontal line across the bottom of the document.

parâmetros mínimos tanto para que a parte técnica das obras consegue analisar um projeto e falar se ele está adequado, como o licenciamento, também tem parâmetro mínimo para fazer uma licença de uma atividade. Então, basicamente hoje, com essa zona de transição, a gente terá parâmetros técnicos para poder fazer as análises que o poder público municipal precisa nos processos que existem: um alvará, uma construção, a análise de projeto, licenciamento ambiental. Katia complementa: parcelamento de solo também é para a gente uma necessidade, aqui no município, de novos loteamentos. Então, assim, quando um loteamento precisa ser instalado no município, ele precisa estar sempre em uma zona de uso, então isso a gente não tinha. Hoje, a maioria ficará como zona especial de transição e, aí, a gente tem os critérios, e a gente analisa caso a caso. Graziela acrescenta que, inclusive, chacreamento, eu cito um exemplo aqui, loteamento Beto Biola, que está irregular, e não tem como se regularizar porque ele não está no perímetro urbano. Então, a partir da aprovação do PDM, ele poderá ser regularizado porque estará na Zona Especial de Transição, terá índice, entre outras coisas. Marcos complementa: ele era um impasse porque precisa fazer o loteamento, mas não existia norma para saber se ele atendia o parâmetro urbanístico. O licenciamento ambiental não anda, o licenciamento de obra também não, porque a gente não tem parâmetro para analisar. A proposta, a ideia é resolver esses problemas, com essa nova atualização do PDM. Por isso, a gente entende que os termos que estão ali são tudo novo. Não sei se você se recorda na hora que expliquei, os termos têm que estar alinhados à nova legislação, para elas conversarem normalmente, se não, se faço com a atual, iria faltar informação e geraria problema de novo de interpretação. Graziela informa que o Estudo Ambiental tem que ser aprovado e a lei publicada anterior ao PDM, porque terá as faixas do Plano Diretor. Marcos acrescenta que elas são leis independentes, mas essa lei influencia diretamente dentro do PDM, por causa dessas faixas não edificáveis. Então, o ideal é que ela seja feita antes para que o PDM, quando for aprovado, ele já seja aprovado respeitando essa legislação. Cleidiane informa que a Jamily quer falar. Jamily só a fim de contribuir um pouco mais, parabeniza o estudo e diz que mais uma vez a inspiração vem do código florestal, eu sou engenheira florestal e por isso que estou batendo no código florestal por que ele pode inspirar, mas vários municípios não querem aplicar o código florestal por que a faixa é muito

larga a área de preservação permanente de uma nascente é 50 metros só que a recuperar o pequeno produtor rural com 4 módulos fiscais ele teria que recupera mesmo 15 metros assim comparando 25 metros não edificado usando o Código Florestal como aparato essa sugestão que normalmente o município não tem e não respeitariam a faixa aplicado na rural pelo tamanho analisando a proposta de 5 metros a 10 metros está parecendo super aplicável pelo que tenho de prática na zona rural. Então parablenzo mesmo por que o estudo e a minuta cria mecanismo para serem respeitado e a única coisa que coloco de consideração é a questão do trabalho com a defesa civil se tem algum momento um relatório deles para esse documento porque se apoia muito na defesa civil nessa alteração de área se é uma área de perigo ou não e sua classificação: baixo, médio e alto. Graziela responde que o documento tem aprovação da defesa civil, que os mapas foram construídos considerando as informações do CPRM e que a defesa civil municipal tem a autonomia para caracterizar uma área de risco a qualquer momento, mesmo não constando na CPRM. Jamily retoma a fala parabenizando, por observar que a proposta está levando bastante a respeitar o que vem sendo feito na zona rural, mas que normalmente não se vê em área urbana mesmo que faça sentido ainda sim aqui está respeitando uma faixa considerável 25 nascentes, 5 a 10 m para os córregos e rios que pelo código florestal não é a área total, mas a aceitável para recuperar e reflorestar. Aramys pergunta se essas faixas urbanas não edificadas, se serão recuperadas em 5 e 10 m. Marcos responde que sim, que qualquer uma das faixas terá que ser recuperada. Aramys registra que todo o zoneamento de risco foi baseado no evento nos dados da CPRM de 2024. Graziela afirma que foi dos anos de 2013, 2018 e 2024. Kátia complementa que tem a cronologia e histórico de inundações e riscos e tudo isso foi pensado e faz parte. Marcos acrescenta que nesse caso também foram incluídas as ocorrências de chuvas históricas. Jamily coloca como sugestão que as espécies para a recuperação sejam exigidas de cunho nativo se a área for ocupada por exótica é um momento oportuno para ocorrer essa transição como, por exemplo, o projeto da primeira pauta que falou que era quintal com exótica sugiro que esse plantio seja de nativas. Em muitos casos, as nascentes em áreas urbanas não estão ocupadas por nativas, mas possuem uma vegetação que talvez seja melhor permanecer, mas nessas oportunidades de transição, que sejam

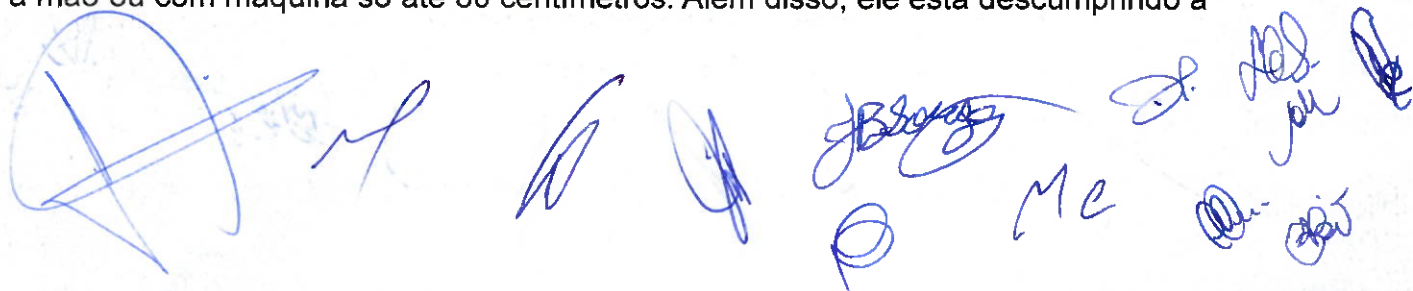
A collection of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally across the bottom of the page. The signatures vary in style, with some being more legible and others being more stylized or scribbled.

colocadas nativas. Cleidiane pergunta se mais algum conselheiro tem alguma consideração a fazer. Aramys levanta uma pergunta para a equipe responsável pela elaboração do estudo ambiental. Vocês, quanto à equipe executora desse estudo, vocês acreditam que fizeram um melhor estudo que vocês poderiam fazer? Graziela responde com certeza. Aramys pede uma resposta quanto à totalidade, acreditam que foi um estudo que também tem um cunho social, socioambiental pensado? Porque isso é muito importante nós enquanto conselho não podemos simplesmente baixar a cabeça e falar sim senhor na minha visão então, eu queria saber sinceramente de todos os envolvidos aqui se esse estudo condiz com a necessidade e a realidade municipal principalmente nas áreas consolidadas nas outras áreas acredito que na minha visão deveria manter o código florestal que ainda prefiro os 50 metros, mas entendo que em área consolidada não é possível. Temos a vasão do rio e os eventos climáticos inseridos no estudo e pegar os decretos de calamidade pública que vocês colocaram no estudo a periodicidade dele em 2013 para cá observa-se que é de ano em ano isso significa que estamos lidando com vidas sendo perdidas não só bens materiais, mas também vidas então de novo eu pergunto. Vocês acham que o estudo que temos é realmente dentro do que vocês esperavam que fosse viável? Graziela afirma novamente que acredita no estudo, que foi elaborado por uma equipe multidisciplinar e mesmo com esse estudo não será autorizado de qualquer forma, será necessário um estudo prévio, laudo da defesa civil. Cristina relata que houve muita discussão entre a equipe que sempre teve em vista saber a nossa realidade que não adiante ter o nosso Alegre todo construído nas APPs, são poucos os locais que ainda não foi feito edificações então a equipe visou ver muito isso em relação a nossa realidade foi muito discutido com o amparo da defesa civil da empresa FEST-Fundação Espírito-santense de Tecnologia, que está elaborando o PDM. Cleidiane, de forma rápida, para finalizar a nossa fala, existe o que seria o ideal que seria retirar toda essa ocupação existente na APP e recuperá-la, o que é impossível. Existe o viável e hoje estamos tratando o viável dentro da nossa realidade. Quem mais deveria se preocupar não se preocupa serem aquelas pessoas que ainda insiste em ocupar essas áreas, quando fala que “pessoas vão estar em risco”, me perdoam, mas é o que menos me preocupa que muitas vezes somos mal falamos e mal vistos na secretaria porque negamos construções nessas

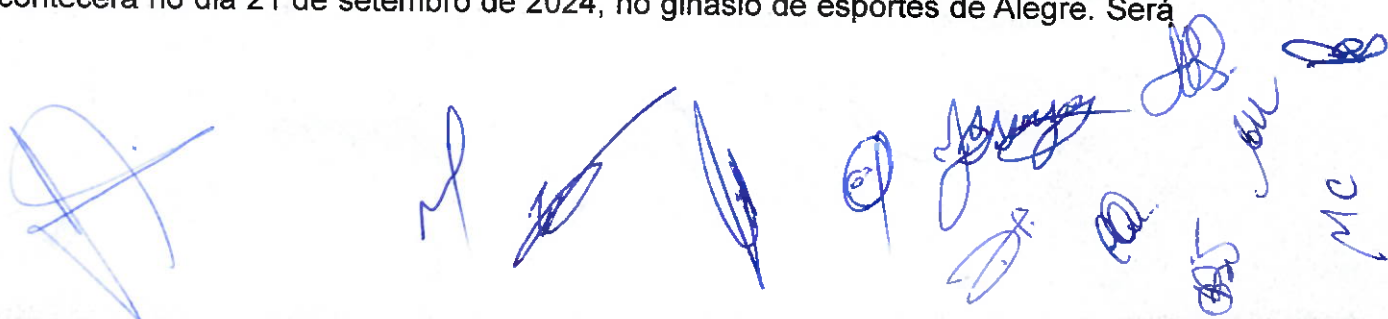
A collection of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally across the bottom of the page. The signatures vary in style, from simple loops and strokes to more complex, stylized names. Some appear to be initials or first names, while others are more formal. The ink is a vibrant blue, and the background is the white paper of the document.

áreas. Como você perguntou aos responsáveis pela elaboração do estudo e da minuta de lei sobre acreditar ou não no estudo, a minha resposta é que tenho mais de 20 anos militando na área ambiental e jamais colocaria o meu nome em um documento em que eu não acreditasse. Falar isso é muito importante. Em relação à equipe, é muito séria, comprometida. Em relação a isso, vocês podem ficar despreocupados. Aramys diz que Cleidiane é a sua referência em educação ambiental. Graziela afirma que poucos municípios do estado têm estudo ambiental. Abrindo para a votação Cleidiane pergunta se a minuta de lei está aprovada solicitando que se manifestem levantando a mão, todos votaram a favor, Cleidiane pergunta se o estudo ambiental apresentando e discutido está aprovado também informado que a votação se dará pela mão levantada, todos votaram a favor. Terminando a votação da segunda pauta com os dois documentos aprovados. Seguimos para a votação da primeira pauta. Rubiney pede a fala e faz uma observação entre a minuta aprovada e o projeto apresentado na primeira pauta, que tem como proposta uma faixa de 8 metros e 3 metros. Cleidiane ressalta que hoje o que o conselho aprovou foi uma proposta de minuta de lei que ainda não está em vigor, que precisa seguir o seu trâmite para publicação e que a primeira pauta será votada independente na pauta dois. Abrindo a votação da primeira pauta, Cleidiane pergunta se existe alguma dúvida e sobre o projeto do Adilson. Newton pede a fala e registra que será uma obra com muito resto de construção e que na cidade ele encontra muito pneu para fazer a fossa evapotranspiradora nesses 8 metros de comprimento para pegar a água negra que ficará até de exemplo porque Alegre não tem fossa nas casas. Adilson afirma que o seu projeto tem muita coisa voltada à sustentabilidade e que ele não consegue citar no momento que qualquer benfeitoria para a sustentabilidade ele irá acatar. Newton afirma que irá aprovar porque o projeto prevê três coisas: energia solar, captação de água da chuva e se comprometeu em fazer a fossa evapotranspiradora com o resto do entulho da obra e pneus para aproveitar a água negra e por cima dessa fossa você irá plantar um jardim de folha larga que absorverá CO² e fazer parte da sua mata ciliar. Aramys vota contra na justificativa de que o projeto está indo contra a minuta aprovada. Cleidiane afirma que o município hoje não tem legislação para tratar essa questão, que a minuta só terá validade após a publicação e, a partir da sua publicação, esse assunto não será

mais discutido no conselho por ter uma legislação como amparo. Batista pede para justificar o seu voto favorável por entender que o projeto do Adilson não irá comprometer o fluxo da água, ainda que venha uma enchente. Se tivermos 40 minutos de chuva, a ponte do hospital que segurará toda a água, fazendo-a recuar. O que está pegando no projeto é uma questão de esquadro da construção que deu essa diferença de 8 e 3 metros. Cleidiane coloca em votação o projeto apresentado na primeira pauta, onde tivemos um voto contra e os demais conselheiros a favor, tendo o projeto aprovado. Passando para a **Pauta 03. Uso da palavra do representante da Plant'Água.** Newton se apresenta falando que tem uma prática de recuperação de nascente há 41 anos e a Plant'Água surgiu depois do movimento plantadores de água que teve o Kapi'xawa como articulador e com esse trabalho recuperamos muitos sítios que estavam sem água. Estamos viajando muito para Minas Gerais, no ano passado estivemos em São Paulo pela SOS Mata Atlântica com essa proposta de recuperação de nascentes e estamos observando que as nascentes estão se acabando muito por conta dos drenos, estive no IDAF e tive a informação que quem autoriza dreno é a secretaria do meio ambiente. Na Roseira, um pecuarista que já fizemos uma visita técnica na propriedade e falamos da problemática, ele drenou na nascente dele e também dos coqueiros do Senhor Rangel e todo o trabalho que fizemos de recuperação de nascente e caixa seca, muito serviço feito na mão afetou o lençol freático dele. Passei em Celina, mais dreno. Esse dreno acarretará enchente lá em baixo e as queimadas que estão acontecendo estão secando a água do lençol freático. E o trator comprado com o dinheiro do fundo, eu não estou vendo-o trabalhando. Cadê as caixas secas nas estradas? As barraginhas? Agora é para fazer uma colheita de água, vai vir muita enchente. A lei precisa ser cumprida. Onde estamos indo estar vendo dreno de brejo para colocar boi em cima. Newton sugere que todas as autorizações de dreno passem pelo conselho, que ele se prontifica em fazer vistoria. Propõe à secretaria fazer uma equipe de voluntários brigadistas de jovens. Marcos pede a fala e explica que todo o pedido de drenagem que deu entrada na SEMADS foi negado. Se hoje tem alguma propriedade executando drenagem, está irregular e agindo sem autorização, existe uma comissão de limpeza de curso hídrico que não autoriza drenagem e sim limpeza à mão ou com máquina só até 80 centímetros. Além disso, ele está descumprindo a

A series of handwritten signatures and initials in blue ink, likely representing the council members mentioned in the text. From left to right, there is a large circular signature, a stylized 'M', a signature that looks like 'A', a signature that looks like 'D', a signature that looks like 'J.B.', a signature that looks like 'M.C.', and several other smaller, less legible signatures and initials.

Lei e precisa ser denunciado. Rubiney fala se o dreno não está sendo autorizado, ele pede para rever por conta do assoreamento, sugere que as liberações de limpeza precisam ser vistoriadas porque tem proprietário trocando o leito do rio e ninguém passou para poder ver. Graziela pede que denuncie que, com certeza, se chegar ao conhecimento da fiscalização, medidas serão tomadas. Marcos complementa hoje a legislação é 80 centímetros com base na resolução do conselho 03/2018, que o requerente deverá preencher um formulário, apresentar um projeto assinado por um responsável técnico com a emissão de uma RT de elaboração e uma RT de execução conforme resolução do conselho que é com base na resolução estadual que teve como referência a legislação federal qualquer um desses casos falados em especial essa mudança de córrego tenho certezas que todos são ilegais e a SEMADS na medida do possível vem fazendo esse monitoramento, o que pedimos sempre é para denunciar. Newton fala que a mata ciliar de 5 metros para quem tem 4 módulos fiscais não está sendo cumprida e continuam rasgando o brejo. Graziela fala que já tem um prazo estipulado para qualquer produtor rural, independentemente do tamanho da propriedade, a recuperar o PRA. Cleidiane afirma que temos uma servidora como fiscal que vem desenvolvendo um excelente trabalho e que todas as denúncias que chegam na SEMADS estão sendo atendidas. Newton pede para registrar em ata a denúncia em desfavor do senhor José Geraldo Angelete que está puxando a água do projeto executado na propriedade vizinha. Preciso que a fiscal da SEMADS vá à propriedade dele para averiguar o que foi feito. Graziela explica que no site da prefeitura tem o canal da ouvidoria com registro anônimo e que nenhum denunciante fica sem resposta e toda denúncia chega com prazo para responder. Graziela fala que as autorizações no município foram pela defesa civil na localidade de Feliz Lembrança e Assentamento Paraíso. Sobre a máquina destinada às barraginhas está em constante manutenção, já teve o mesmo problema outras vezes e ela não vem atendendo às expectativas que foram colocadas nela. No município já foi feito várias barraginhas e caixas secas em Jerusalém, por exemplo, o Batista está aqui e pode confirmar (Batista confirma a fala da Graziela), outros lugares como Café, Santa Rita, Santa Luzia, Guararema entre outros lugares. Antes de finalizar a reunião a conselheira Jamily pede a fala para fazer um convite para a I Feira Agro+floresta que acontecerá no dia 21 de setembro de 2024, no ginásio de esportes de Alegre. Será

A collection of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally across the bottom of the page. The signatures vary in style, with some being more legible and others being more stylized or scribbled.

um momento com vários painéis de grande importância, principalmente para os produtores rurais. Outro convite é uma ação do dia da árvore plantando o futuro com a FEAG — Federação Feminina de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo. Será dia 22, às 09h da manhã, e hoje estaremos na comunidade Paraíso falando do PSA. Quem for de lá e tiver algum conhecido, favor convidar. Não havendo nenhuma consideração e nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada pela Sr. Graziela Ferreira da Silva e eu, Cleidiane da Cunha Oliveira, secretária executiva, lavrei e digitei a presente ata, assinada pelos conselheiros.

Cleidiane da Cunha Oliveira *Cleidiane da Cunha Oliveira*

Graziela Ferreira da Silva *GF*

Luiz Augustos dos Santos *L. Augusto*

Rubney Gonçalves Sant'ana *Rubney Gonçalves Sant'ana*

Newton Barboza Campos *Newton Barboza Campos*

Adryan Macedo Rangel *Adryan Macedo Rangel*

Gisele de Freitas Bitencourt *Gisele de Freitas Bitencourt*

João Batista de Souza *João Batista de Souza*

Willian Fadini Faian *Willian Fadini Faian*

Aramis Cortes de Araújo Júnior *A. Cortes*

Ângela Maria Espinosa *Ângela Maria Espinosa*

Bravo

D'Avila Leal Polastreli *D. Polastreli*

Famille Baquini Marques 150-246-837-90

